

IDG - Instituto
Desenvolvimento e
Gestão

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone 55 (21) 3515-9400, Fax 55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
IDG – Instituto de Desenvolvimento e Gestão
Recife – PE

Examinamos as demonstrações financeiras da IDG – Instituto de Desenvolvimento e Gestão

("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis



feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDG - Instituto Desenvolvimento e Gestão em 31 de dezembro de 2015 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Recursos Vinculados a Projetos	4	13.216.707	7.633.517	Fornecedores e outras contas a pagar		1.327.347	386.733
Outros Créditos	5a	2.350.570	154.755	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	7	1.607.079	1.880.696
Despesas antecipadas		<u>268.762</u>	<u>84.790</u>	Obrigações Tributárias		447.621	362.716
Total do ativo circulante		<u>15.836.039</u>	<u>7.873.062</u>	Projetos a Executar	8	12.453.992	5.209.469
Outros Créditos a longo prazo	5b	7.187.887	-	Adiantamentos		<u>-</u>	<u>33.448</u>
Imobilizado	6	2.217.861	650.690	Total do passivo circulante		<u>15.836.039</u>	<u>7.873.062</u>
Intangível	6	<u>344.104</u>	<u>67.971</u>	Obrigações com o Poder Público a longo prazo	9	<u>9.749.852</u>	<u>718.661</u>
Total do ativo não circulante		<u>9.749.852</u>	<u>718.661</u>	Total do passivo não circulante		<u>9.749.852</u>	<u>718.661</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Superavit/Deficit Acumulados		-	-
				Superavit/Deficit do Exercício		<u>-</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>25.585.891</u></u>	<u><u>8.591.723</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>25.585.891</u></u>	<u><u>8.591.723</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Receitas com restrições			
Recursos governamentais – contrato de gestão		31.608.666	23.377.250
Doações incondicionais		343.800	2.660
Venda de ingressos		792.456	470.032
Locação de espaços		28.170	14.875
Eventos e Restaurantes		120.591	43.949
Gratuidades - Parcerias Institucionais	16	280.058	6.482.645
Outras		82.424	30.070
Financeiras		994.302	294.739
Gratuidades - Serviços Voluntários	3.i	691.505	-
Total das Receitas		<u>34.941.972</u>	<u>30.716.220</u>
Despesas com restrições (atividades culturais)			
Com pessoal	13	(18.310.673)	(12.713.835)
Serviços prestados por terceiros	14	(6.508.457)	(5.667.087)
Energia elétrica e telecomunicações		(53.742)	(475.150)
Gerais e administrativas	15	(8.612.393)	(5.212.580)
Impostos, taxas e contribuições		(10.272)	(1.867)
Financeiras		(231.245)	(106.561)
Depreciação e Amortização		(243.627)	(56.495)
Gratuidades - Serviços Voluntários		(691.505)	-
Gratuidades - Parcerias Institucionais	16	(280.058)	(6.482.645)
Total das Despesas		<u>(34.941.972)</u>	<u>(30.716.220)</u>
(Déficit)/ superávit do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	243.627	56.495
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos Vinculados a Projetos	(5.583.190)	(4.726.917)
Outros créditos	(2.195.815)	(154.755)
Despesas antecipadas	(183.972)	(72.489)
Outros créditos a longo prazo	(7.187.887)	-
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores e outras contas a pagar	940.614	386.733
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	(273.617)	1.858.551
Obrigações Tributárias	84.905	357.917
Projetos a Executar	7.244.523	2.317.513
Adiantamentos	(33.448)	33.448
Obrigações com o Estado - Imobilizado e intangível	9.031.191	716.612
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>2.086.931</u>	<u>773.107</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Baixas de imobilizado	13.726	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.100.657)	(773.107)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(2.086.931)</u>	<u>(773.107)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O IDG - Instituto de Desenvolvimento e Gestão (“Entidade”) é uma Entidade de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos constituída em abril de 2001 e qualificada como organização social no âmbito da cultura, pelos Governos da Cidade de Recife, dos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento tecnológico, educacional, cultural, ambiental e econômico da sociedade.

Vide dados sobre os contratos de gestão na Nota Explicativa nº 8.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 – Entidade sem fins lucrativos

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*.

Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas vinculadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão são registrados da seguinte forma:

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de telecomunicações	5 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Instrumentos Musicais	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, a Cofins, o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras

g. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

h. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

i. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) de 09/2015 - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. A Entidade registrou em 2015 o montante de R\$ 691.505 e em 2014 R\$ 153.000 que não foram reconhecidos contabilmente por tratar-se de membros integrantes da administração.

4 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
	Total	Total
Caixa	66.775	21.054
Banco conta movimento	729.556	285.395
Aplicações financeiras	12.420.376	7.327.068
	<u>13.216.707</u>	<u>7.633.517</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados à taxa Certificado de Depósito Interbancário - CDI que varia entre 95% a 99% durante o exercício de 2015 e 2014.

5 Outras créditos

	2015	2014
a) Circulante		
Duplicatas a receber	62.410	-
Convênio a receber - Cais do Sertão	316.087	-
Contrato de gestão a receber - Bibliotecas	1.599.352	-
Adiantamentos	101.339	21.843
Tributos a compensar	271.338	132.912
Outros valores	44	-
Total curto prazo	2.350.570	154.755
b) Não Circulante		
Contrato de gestão a receber - Bibliotecas	7.187.887	-
Total longo prazo	7.187.887	-

6 Ativo imobilizado e Intangível

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Amortização acumulada	2015	2014
Instalações	20%	12.808	(2.387)	10.421	11.852
Máquinas e Equipamentos	20%	489.289	(30.397)	458.892	159.710
Móveis e Utensílios	10%	1.027.013	(25.000)	1.002.013	77.039
Equipamentos e Proc. De Dados	10%	871.260	(151.453)	719.807	370.759
Equipamentos de Telefonia	20%	13.639	(3.954)	9.685	12.413
Instrumentos Musicais	20%	25.108	(8.524)	16.584	18.917
Outros imobilizados	10%	459	-	459	-
		2.439.576	(221.715)	2.217.861	650.690
Intangível		421.095	(76.991)	344.104	67.971
		421.095	(76.991)	344.104	67.971

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
IMOBILIZADO				
Movimentação do custo				
Instalações	12.808	-	-	12.808
Máquinas e Equipamentos	166.655	334.409	(11.775)	489.289
Móveis e Utensílios	81.510	947.506	(2.003)	1.027.013
Equipamentos e Proc. De Dados	404.900	467.721	(1.361)	871.260
Equipamentos de Telefonia	13.639	-	-	13.639
Livros	-	65	-	65
Instrumentos Musicais	22.700	2.408	-	25.108
Outras Imobilizações	-	397	-	397
	<u>702.212</u>	<u>1.752.506</u>	<u>(15.139)</u>	<u>2.439.579</u>
Movimentação da Depreciação				
Instalações	(956)	-	(1.432)	(2.388)
Máquinas e Equipamentos	(6.945)	898	(24.349)	(30.396)
Móveis e Utensílios	(4.471)	200	(20.729)	(25.000)
Equipamentos e Proc. De Dados	(34.141)	315	(117.630)	(151.456)
Equipamentos de Telefonia	(1.226)	-	(2.728)	(3.954)
Instrumentos Musicais	(3.783)	-	(4.741)	(8.524)
	<u>(51.522)</u>	<u>1.413</u>	<u>(171.609)</u>	<u>(221.718)</u>
Saldo líquido Imobilizado	<u>650.690</u>	<u>1.753.919</u>	<u>(186.748)</u>	<u>2.217.861</u>
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
INTANGÍVEL				
Movimentação do custo				
Intangível	72.944	348.151		421.095
	<u>72.944</u>	<u>348.151</u>	<u>-</u>	<u>421.095</u>
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Movimentação da amortização				
Intangível	(4.973)		(72.018)	(76.991)
	<u>(4.973)</u>	<u>-</u>	<u>(72.018)</u>	<u>(76.991)</u>
Saldo líquido Intangível	<u>67.971</u>	<u>348.151</u>	<u>(72.018)</u>	<u>344.104</u>

IDG – Instituto Desenvolvimento e Gestão
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
IMOBILIZADO				
Movimentação do custo				
Instalações	-	12.808	-	12.808
Máquinas e Equipamentos	2.049	164.606	-	166.655
Móveis e Utensílios	-	81.510	-	81.510
Equipamentos e Proc. De Dados	-	404.900	-	404.900
Equipamentos de Telefonia	-	13.639	-	13.639
Instrumentos Musicais	-	22.700	-	22.700
	<u>2.049</u>	<u>700.163</u>	<u>-</u>	<u>702.212</u>
Movimentação da Depreciação				
Instalações	-	(956)	-	(956)
Máquinas e Equipamentos	-	(6.945)	-	(6.945)
Móveis e Utensílios	-	(4.471)	-	(4.471)
Equipamentos e Proc. De Dados	-	(34.141)	-	(34.141)
Equipamentos de Telefonia	-	(1.226)	-	(1.226)
Instrumentos Musicais	-	(3.783)	-	(3.783)
	<u>-</u>	<u>(51.522)</u>	<u>-</u>	<u>(51.522)</u>
Saldo líquido Imobilizado	<u>2.049</u>	<u>648.641</u>	<u>-</u>	<u>650.690</u>
INTANGÍVEL				
Movimentação do custo				
Intangível	-	72.944	-	72.944
	<u>-</u>	<u>72.944</u>	<u>-</u>	<u>72.944</u>
Movimentação da amortização				
	<u>-</u>	<u>-4.973</u>	<u>-</u>	<u>-4.973</u>
Intangível	<u>-</u>	<u>(4.973)</u>	<u>-</u>	<u>(4.973)</u>
Saldo líquido	<u>-</u>	<u>67.971</u>	<u>-</u>	<u>67.971</u>

7 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2015	2014
Salários a Pagar	53.479	557.185
Provisão de Férias e Encargos	1.043.546	853.796
Autônomos a Pagar	17.404	37.792
Rescisão a Pagar	11.657	1.298
Outras Obrigações Trabalhistas	35.939	73.720
INSS a Recolher	328.045	259.105
FGTS a Recolher	93.204	76.003
Contr. Sindical a recolher	11.011	12.808
PIS s/ Salários a Recolher	12.794	8.989
	1.607.079	1.880.696

8 Projetos vinculados a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldos em 2014	Valores recebidos / repasses	Captação de recursos e Gratuidades	Receitas Financeiras	Consumo e imobilizações	Valores a receber	Saldos em 2015
IDG RECIFE							
Contrato de Gestão Paço (a)	642.165	3.825.500	306.116	93.928	(3.693.679)	-	1.174.030
Contrato de Gestão Academia (b)	34.781	416.249	3.681	815	(455.526)	-	-
Contrato de Gestão Cais (c)	391.147	2.930.158	431.259	16.069	(4.084.720)	316.087	-
Contrato de Gestão Parque (d)	592.401	1.405.412	38.447	68.904	(1.994.664)	-	110.500
IDG RECIFE	1.660.494	8.577.319	779.503	179.716	(10.228.589)	316.087	1.284.530
IDG RIO							
Contrato de Gestão Bibliotecas (e)	3.548.975	11.275.761	588.368	198.294	(17.210.750)	1.599.352	-
Contrato de Gestão Museu do Amanhã (f)	-	18.584.507	279.628	616.292	(8.310.965)	-	11.169.462
IDG RIO	3.548.975	29.860.268	867.996	814.586	(25.521.715)	1.599.352	11.169.462
Projetos a executar	5.209.469	38.437.587	1.647.499	994.302	(35.750.304)	1.915.439	12.453.992

	Saldos em 2013	Valores recebidos / repases	Captação de recursos e Gratuidades	Receitas Financeiras	Consumo e imobilizações	Gratuidades	Saldos em 2014
IDG RIO							
Contrato de Gestão Bibliotecas	-	18.256.320	6.537.934	143.964	-14.906.599	-6.482.645	3.548.974
IDG RIO	-	18.256.320	6.537.934	143.964	-14.906.599	-6.482.645	3.548.974
IDG RECIFE							
Contrato de Gestão Academia	356.000	1.450.825	-	4.423	-1.776.467	-	34.781
Contrato de Gestão Paço	2.535.956	1.838.435	271.813	81.171	-4.085.210	-	642.165
Contrato de Gestão Parque	-	1.365.809	1.600	17.632	-792.640	-	592.401
Contrato de Gestão Caes	-	3.499.985	232.884	47.549	-3.389.271	-	391.147
IDG RECIFE	2.891.956	8.155.054	506.297	150.775	-10.043.588	-	1.660.494
Projetos a executar	2.891.956	26.411.374	7.044.231	294.739	-24.950.187	-6.482.645	5.209.469

Valores recebidos/repases: referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.

Receitas Financeiras: referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar

Consumo e imobilizações: referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Contratos de Gestão/Convênios

IDG – Recife

a) Contrato de Gestão – Paço do Frevo – CG – 294/2013

Em 14 de novembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 294/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Paço do Frevo.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 9.771.242,00 da seguinte forma:

Exercícios:

2014 – R\$ 5.233.477

2015 – R\$ 4.537.765

No entanto, o valor programado para 2015 foi repassado com redução de R\$ 1.137.765. A redução mencionada gerou necessidade de redução do horário de atendimento e redução de funcionários e serviços de terceiros como segurança patrimonial e limpeza. Com estas reduções de despesas e somado os recursos de receitas próprias, além de patrocínio privado foi possível finalizar o ano com todas as despesas pagas.

Conforme previsão contratual, as partes firmaram o primeiro aditivo ao contrato aos 11 de novembro de 2015 prorrogando o período de vigência por mais 02 (dois) anos ficando, portanto, o término do segundo biênio em 13 de novembro de 2017.

Nos termos do mencionado aditivo, para a concretização das ações do Contrato de Gestão será repassado para o Instituto o valor total de R\$ 3.400.000, equivalentes às despesas programadas para o período de 2016. Haverá necessidade de repactuação do orçamento para o ano de 2017.

b) Contrato de Gestão – Academias – CG – 361/2013

Em 16 de dezembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 361/2013 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por iguais períodos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades a serem desenvolvidos nas Academias.

No mês de fevereiro de 2014, foi celebrado o encerramento do Contrato de Gestão 361/2013.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto deveria receber o valor de R\$ 2.409.101, porém com o adiamento da inauguração de algumas unidades o repasse foi reduzido totalizando a importância de R\$ 2.122.292 da seguinte forma:

2014 – R\$ 1.706.043
2015 – R\$ 416.249

Em 28 de fevereiro de 2015 as partes rescindiriam o contrato, a prestação de contas foi apresentada no primeiro semestre de 2015 e aprovada pela Prefeitura no dia 17 de dezembro de 2015.

c) Convênio – Cais do Sertão - 001/2014

Em 05 de abril de 2014, o Instituto firmou Convênio de nº 001/2014 com o Governo do Estado de Pernambuco, pelo período de 09 (nove) meses, podendo ser renovado, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do convênio, o Instituto receberia recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos no Cais do Sertão.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Convênio, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 3.500.000 da seguinte forma:

2014 – R\$ 3.500.00

Do valor programado foram creditados a totalidade do previsto no convênio no ano de 2014. Em 30 de dezembro de 2014 foi firmado o primeiro aditivo ao convênio prorrogando o prazo de vigência por mais 09 (nove) meses, com término previsto para setembro de 2015. Nos termos do mencionado aditivo o Governo do Estado de Pernambuco se comprometeu a repassar para o Instituto o valor de R\$ 4.450.545 para concretização das ações do projeto.

No entanto, em decorrência do Plano de Contingenciamento de Gastos instituído pelo Decreto nº 41.466/2015, foi motivado a realização do segundo aditivo reduzindo o valor global do convênio e repassado R\$ 2.390.158, além de ter ampliando em 3 meses seu prazo com data de término para o dia 30 de dezembro de 2015.

Desta forma, para manter o funcionamento do museu, foi necessário realizar uma significativa redução do horário de funcionamento, no entanto, apesar dos esforços os gastos superaram o valor repassado em R\$ 316.087, que vem a ser o objeto do terceiro termo aditivo em curso de tratativas junto ao concedente.

d) Contrato de Gestão – Parques – CG – 127/2014

Em 29 de abril de 2014, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 127/2014 com o Município de Recife, pelo período de 02 (dois) anos, renováveis por iguais e sucessivos períodos, depois de demonstrado o cumprimento das metas estabelecidas.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução, pelo Instituto, das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nos Parques Santana e Urbano da Macaxeira.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberia do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 5.463.234 da seguinte forma:

2014 – R\$ 2.731.617

2015 – R\$ 2.731.617

Os valores não foram repassados na forma acordada, os aportes líquidos anuais foram de R\$ 1.365.808, somando o valor de R\$ 2.731.617, equivalentes a apenas uma parcela do contrato.

O Contrato foi encerrado em 30 de novembro de 2015 e o Instituto apresentará a prestação de contas final no primeiro trimestre de 2016, quando será solicitada a assinatura do distrato.

IDG – Rio de Janeiro

e) Contrato de Gestão – Bibliotecas - CG - 002/2013

Em 30 de dezembro de 2013, o Instituto firmou Contrato de Gestão de nº 002/2013 com o Estado Rio de Janeiro, pelo período de 05 (cinco) anos.

Durante o período do contrato, o Instituto receberia recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área cultural a serem desenvolvidos nas Bibliotecas Pública do Estado, Bibliotecas Parques de Niterói, de Manguinhos, da Rocinha e Alemão.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 96.900.000 (noventa e seis milhões e novecentos mil reais) programados para serem pagos da seguinte forma:

2014 – R\$ 19.380.000

2015 – R\$ 20.083.000

2016 – R\$ 20.083.000

2017 – R\$ 20.083.000

2018 – R\$ 17.271.000

No primeiro ano de execução do projeto (2014) os valores repassados referentes a operação das bibliotecas somaram o valor de R\$ 15.703.489, portanto, apresentam uma diferença de R\$ 3.676.511 do valor originalmente programado. Esta diferença se justifica em razão da impossibilidade de implantação do projeto em uma das unidades em decorrência da não assunção da Biblioteca Parque do Alemão pelo IDG, uma vez que as instalações físicas desta unidade não estavam concluídas.

Ainda no exercício de 2014 o Instituto recebeu um crédito proveniente da Secretaria de Estado de Cultura no valor de R\$ 2.553.131,00, em decorrência de um aditivo contratual.

Com relação aos repasses programados para 2015 oriundos do Contrato de Gestão, necessário registrar que a crise financeira que assola o Governo do Estado do Rio de Janeiro culminou no atraso dos repasses programados gerando um passivo pendente de recebimento no total de R\$ 8.787.239. Neste contexto, apesar do horário reduzido de funcionamento ter vigorado desde o início do segundo trimestre de 2015, o caixa não suportou o contínuo funcionamento das unidades, desencadeando em novembro de 2015 o fechamento temporário das Bibliotecas Parque Estadual e Parque de Niterói. A reabertura se deu a partir do suporte das prefeituras do Rio de Janeiro e Niterói através de convênios celebrados diretamente com a Secretaria de Estado de Cultura com os seguintes valores previstos conforme tabela abaixo:

Unidades	Conveniente	Ano	Valor
Bibliotecas Parque Estadual, Rocinha e Manguinhos	Prefeitura do Rio de Janeiro	2015	R\$ 1.500.000
		2016	R\$ 18.000.000
Biblioteca Parque de Niterói	Prefeitura do Município de Niterói	2015	R\$ 450.000
		2016	R\$ 1.920.000

Os repasses previstos para 2015 e janeiro de 2016 já foram realizados, o que permitiu a continuidade do funcionamento das bibliotecas, porém, há dívidas com fornecedores que vem sendo negociadas juntamente com o Estado, pois elas estão atreladas à quitação dos repasses devidos pelo Estado ao Instituto.

f) Contrato de Gestão – Museu do Amanhã - CG - CDURP 001/2015

Em 20 de fevereiro de 2015, o Instituto firmou Contrato de Gestão CDURP nº 001/2015 com o Município do Rio de Janeiro, pelo período de 02 (dois) anos, admitindo-se prorrogações até o limite de 05 (cinco) anos, segundo conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Dessa forma, durante o período do contrato, o Instituto receberá recursos financeiros destinados ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de cultura a serem desenvolvidas no equipamento cultural denominado Museu do Amanhã, necessárias à perfeita operação do Museu.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, o Instituto receberá do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 31.169.014 (trinta e um milhões, cento e sessenta e nove mil e quatorze reais) da seguinte forma:

2015 – R\$ 15.584.507
2016 – R\$ 15.584.507

Em 2015 o repasse foi realizado em sua integralidade, conforme contrato.

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- Receitas auferidas pela venda de ingressos nas bilheterias;
- Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e

- Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;
- Contratos de Patrocínio.

Entre os contratos de patrocínio firmados pelo Instituto necessário destacar os seguintes instrumentos contratuais:

Grupo M. Dias Branco, no valor total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet, recibo de Mecenato nº 1224, cuja captação foi realizada aos 10 de dezembro de 2014 e o valor transferido aos 23 de dezembro de 2014, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2015.

Itaú Vida e Previdência S.A., no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet, recibo de Mecenato nº 1232, cuja captação foi realizada aos 19 de dezembro de 2014 e o valor transferido aos 23 de dezembro de 2014, para realização do Plano Anual Paço do Frevo de 2015.

g) *Contrato de Patrocínio – 1318/2014 – CANTATA DO PAÇO*

Em 16 de dezembro de 2014, o Instituto firmou Contrato de Patrocínio de nº 1318/2014 com a Fundação de Cultura do Recife, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 21 de dezembro de 2014.

Durante o período do contrato, o Instituto recebeu recursos financeiros destinados a realização do evento Cantata do Paço.

Dessa forma, pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Patrocínio, o Instituto recebeu do Poder Público, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 120.000,00 da seguinte forma:

2014 – R\$ 60.000,00

2015 – R\$ 60.000,00

No entanto, os repasses foram realizados integralmente apenas em 2015 e nesta oportunidade foram feitos os pagamentos relativos às contratações efetuadas para execução do projeto. O Instituto prestou contas do projeto no primeiro semestre de 2015 referente a 2014, não havendo continuidade em 2015.

Votorantim, no valor total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, recibo de Mecenato nº 02, cujo valor fora transferido aos 28 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

Globosat Programadora Ltda., no valor total de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, cujo valor fora transferido aos 29 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

Itaú Seguros S.A, no valor total de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), com recursos incentivados pela Lei Rouanet através de Patrocínio, recibo de Mecenato nº 01, cujo valor fora transferido aos 23 de dezembro de 2015, para realização de ações do Plano Anual Paço do Frevo de 2016.

BG E&P Brasil Ltda. no valor total de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões), firmado em 29 de maio de 2015 e aditivado em dezembro de 2015, para patrocínio do Museu do Amanhã e realização das atividades de manutenção do Museu. O contrato tem prazo de vigência de 02 (dois) anos com data fim prevista para dezembro de 2017 e prevê repasse de R\$ 4.000.000,00 em 2016 e R\$ 5.000.000,00 em 2017.

Banco Santander (Brasil) S/A no valor total de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões), firmado em 08 de outubro de 2015, para patrocínio do Museu do Amanhã e realização das atividades de manutenção do Museu. O contrato tem prazo de vigência de 10 (dez) anos e prevê repasses anuais de R\$ 3.000.000, sendo certo que a primeira parcela foi regularmente repassada no dia 28 de dezembro de 2015.

Cielo S/A no valor total de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais, firmado em 06 de novembro de 2015, para patrocínio do projeto de acessibilidade a ser implantado nas Bibliotecas Parques do Estado, de Niterói, de Manguinhos e da Rocinha. O contrato tem prazo de vigência de 01 (um) ano e prevê um único repasse, sendo certo que o repasse foi realizado no dia 09 de dezembro de 2015.

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pelos órgãos contratantes.

No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão/Convênios são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

9 Obrigações com Poder Público – Longo Prazo

	2015	2014
Imobilizado e Intangível - Paço do Frevo	127.285	136.594
Imobilizado e Intangível - Academias	-	14.135
Imobilizado e Intangível - Cais do Sertão	11.337	14.501
Imobilizado e Intangível - Parques	76.086	41.141
Imobilizado e Intangível - Bibliotecas	801.597	512.290
Imobilizado e Intangível - Museu do amanhã	1.545.660	
Contas a receber - Bibliotecas	7.187.887	-
	9.749.852	718.661

10 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade não era parte em nenhuma ação judicial ou administrativa.

11 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

12 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida:

- por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou
- por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio dos Estados, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

13 Despesas com pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	9.636.174	6.985.211
Encargos Sociais	4.191.683	2.513.154
Benefícios	2.540.460	1.615.406
Férias e 13o Salário	1.942.356	1.363.435
Outras com pessoal	-	236.629
	<u>18.310.673</u>	<u>12.713.835</u>

O aumento das despesas com pessoal em relação ao exercício anterior refere-se a inauguração do equipamento cultural do Museu do Amanhã.

14 Prestadores de serviços

	2015	2014
Serviços de gestão Financeira, contábil e administrativa	502.240	121.710
Jurídico	230.393	208.817
Consultoria e Assessoria	450.613	80.660
Manutenção	207.246	2.532.754
Limpeza	607.352	227.183
Segurança	2.726.067	553.921
Entregas	16.644	5.486
Informática	384.872	42.055
Equipe Mont e Desmontagem	158.630	19.950
Confecção de Vestuário	10.673	10.300
Bombeiros	47.191	51.606
Criação Gráfica	10.333	4.865
Sonorização	69.275	2.710
Controle de Pragas	8.110	8.370
Organização Evento	495.891	1.067.642
Formadores Musicais	3.361	23.900
Outros Serviços tomados	85.467	22.147
Administração/RH	16.898	216.059
Coordenação	231.205	220.738
Curadoria	241.796	232.400
Palestrante	4.200	13.814
	6.508.457	5.667.087

O aumento das com prestadores de serviços em relação ao exercício anterior refere-se a inauguração do equipamento cultural do Museu do Amanhã.

15 Gerais e administrativas

Viagens	311.130	223.289
Ocupação	2.241.968	259.770
Despesas com veículo	111.901	11.318
Despesas Administrativas	4.653.022	3.509.464
Marketing/captação de recursos	1.113.325	491.358
Tecnologia	69.505	422.813
Programa Cultural	50.772	247.970
Programa Educativo	60.771	46.598
	8.612.393	5.212.580

O aumento das despesas gerais em relação ao exercício anterior refere-se a inauguração do equipamento cultural do Museu do Amanhã.

16 Parcerias Institucionais

	2015	2014
Biblioteca Parque de Manguinhos	(88.258)	-
Biblioteca Parque da Rocinha	(191.800)	-
100 anos Vinícius de Moraes	-	(1.202.000)
Cine manguinhos	-	(1.073.455)
ArteVida	-	(544.490)
Waly Salomão	-	(200.000)
Palavralab - Favela Criativa	-	(3.462.700)
	<u>(280.058)</u>	<u>(6.482.645)</u>

As parcerias desenvolvidas em 2014, foram principalmente, frutos da captação da Secretaria Estadual da Cultura do Rio de Janeiro, no ano de 2013 e efetivadas ao longo do ano de 2014 nas Bibliotecas Parques já sob a gestão do IDG. Em 2015 a queda se deve a uma série de programas estaduais que não tiveram continuidade e o IDG por sua vez também encontrou dificuldades em captação de recursos privados para os projetos das Bibliotecas Parques em função da crise financeira e também por falta de um histórico de patrocínios privados aportados em projetos desta natureza.

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2015 e 2014.

18 Cobertura de seguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração entende que os valores para cobertura de seguros são suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias

Ricardo Piquet Barreira Gonçalves	Rogério Gerlah Paganatto
Diretor executivo	CRC 1SP131987/0-3